



escola de **gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR SOB A  
PERSPECTIVA DE EMANCIPAÇÃO DO ESTUDANTE**

**NORMA CÉLIA SANTIAGO**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR SOB A  
PERSPECTIVA DE EMANCIPAÇÃO DO ESTUDANTE**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**NORMA CÉLIA SANTIAGO**

**BELO HORIZONTE, 2013**

## RESUMO

Ao se analisar a complexidade que envolve o processo educativo, especialmente no que diz respeito à avaliação da aprendizagem, a escola como um todo e os professores, em especial, precisam vislumbrar o processo avaliativo como forma de assegurar, além do acesso, principalmente, o êxito de todos os alunos em sua passagem pela escola. Com o presente trabalho objetiva-se analisar se, de fato, a proposta avaliativa da Escola Municipal Maria Alves de Brito, expressa em seu Projeto Político Pedagógico, possibilita que a avaliação da aprendizagem escolar se configure como um instrumento de emancipação de todos os alunos, no sentido do exercício de uma cidadania plena. As avaliações diagnóstica, formativa e personalizada, são o tripé em que se fundamenta o professor para nortear sua prática pedagógica em relação ao aluno e ao grupo de alunos. Neste sentido, é importante que se considere a necessidade de superar o modelo classificatório e excludente de se ater a testes e provas onde a nota assume um caráter de valor, voltada apenas à seleção do aluno sem considerar sua participação na dinâmica de sua própria aprendizagem, seus conhecimentos prévios, ritmo e forma de se relacionar com o objeto do conhecimento. Sob este aspecto, o professor precisa encontrar formas de superar práticas obsoletas e excludentes o que aponta para a necessidade da ação intencional e proativa do gestor pedagógico da escola, na condução de projetos de formação docente continuada, sob uma perspectiva crítica e reflexiva que contemple a formação de profissionais comprometidos com a prática em sala de aula e com a emancipação de seus alunos. Desta forma, torna-se imprescindível refletir sobre a concepção da escola acerca do processo avaliativo, bem como os critérios adotados para sua operacionalização espelhando o marco referencial na mudança de paradigmas educacionais em avaliação.

**PALAVRAS CHAVE:** Projeto Político Pedagógico, avaliação formativa, emancipação do aluno.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR.....</b>	<b>06</b>
1.1 Avaliação sob uma perspectiva formativa e emancipatória.....	07
1.2 Avaliação e a prática docente na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite.....	09
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>13</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>17</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>18</b>

## INTRODUÇÃO

Usualmente, o processo avaliativo na escola tem sido visto como uma forma de medir os conhecimentos que os professores transmitem em sala de aula e entendem que o aluno deve absorvê-los, assimilá-los e devolvê-los acriticamente na forma de respostas em testes e provas padronizados e homogeneizadores. No entanto, quando a nota passa a ser objeto de seleção desvincula-se de sua função de atender à promoção humana do aluno, ou seja, o aluno, que deveria ser construtor de seu próprio conhecimento, passa a ser visto como arquivador de informações pela verticalização das relações entre quem ensina e quem aprende. Sob esta ótica, ao avaliar para classificar, a escola se fundamenta em hierarquias de poder em que os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma pré definida e tendenciosa.

Enfatiza-se que, de fato, em torno de um processo avaliativo humanizador giram expectativas que têm como finalidade última impedir o avanço dos fatores que conduzem ao fracasso escolar e ao esvaziamento da escola, por parte dos alunos que aí insuadem, em decorrência de uma rigidez curricular, despreparo docente, desvinculação família-comunidade-escola, dentre inúmeros outros desencadeadores do fracasso escolar, aumentando os desafios impostos pela aceleração dos avanços tecnológicos e científicos.

Os atributos concernentes a uma avaliação formativa, diagnóstica e personalizada, se forem contemplados, podem preparar o terreno para a implementação de um tipo de avaliação que não seja visto como ponto de partida para a classificação e seleção de alunos, nem como medida padronizada para a verificação de uma aprendizagem sem sentido e desvinculada da realidade concreta do aluno-cidadão. Nesse sentido, a avaliação deverá passar a ser concebida como ponto de partida para avaliar as necessidades e as dificuldades dos estudantes de forma a ressignificar sua visão de mundo e de escola, transformando sua trajetória escolar em êxito, dentro e fora dos muros escolares.

Ressalta-se que é preciso formar cidadãos para o mundo e para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária, o que passa, necessariamente pela igualdade de oportunidades de acesso e permanência com êxito na escola, igualdade de oportunidades e de condições de acesso, atributos inerentes à gestão

competente e fundamentada em princípios democráticos. Para tanto, além de assegurar a construção participativa, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola, a gestão escolar, fundamentada em princípios democráticos deve garantir a formação docente continuada, sob uma perspectiva crítica e reflexiva, papel por excelência do gestor pedagógico, no sentido de os professores serem capazes de operacionalizar uma avaliação, de fato, emancipatória para todos os alunos.

No que concerne ao referencial teórico o estudo foi subsidiado por autores como Miras e Solé *in* Coll *et al.* (1996), Perrenoud (2002), Haydt (1995), Hadje (2001), Lüdke ( ) Luckesi (2002) Wachowicz (2002), dentre outros.

## **1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR**

A avaliação assume relevância inquestionável por determinar, em grande medida, o êxito ou o fracasso do aluno, no caso da aprendizagem; dos rumos da instituição, no caso da gestão escolar; e do ensino, no caso do professor e do gestor pedagógico, vez que a este, cabe a tarefa de mediar todos os processos que se dão no âmbito da instituição no que diz respeito ao saber/fazer docente (HOFFMANN, 2001). Quando se define a escola como o lugar da construção da autonomia e da cidadania, a avaliação dos processos, seja da dinâmica escolar, seja das aprendizagens ou da própria instituição, se constitui tarefa de todos, portanto, responsabilidade coletiva.

Oliveira (2003, p. 38-42) observa que circunscrevem as avaliações, aqueles instrumentos necessários à verificação do aprendizado pelo aluno no sentido de subsidiar o trabalho docente. Para tanto, deve ser contemplada a melhor abordagem pedagógica e o método adequado à disciplina, assim como levar em conta o contexto sócio-político no qual o grupo se insere e as condições individuais do aluno. (AFONSO, 2000; PERRENOUD, 2002; HOFFMANN, 2001).

Esta informação é necessária ao professor na busca de meios e estratégias que auxiliem seus alunos a resolverem suas dificuldades e é necessária aos alunos para se aperceberem delas, se auto avaliando e tentando ultrapassá-las, com o

próprio esforço e mediados pelo professor. Por isso, a avaliação tem uma intenção formativa (HOFFMANN, 2001).

Assevera-se que a avaliação proporciona também, apoio a um processo a decorrer, contribuindo para a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem. Sob esta perspectiva, todos os atores envolvidos com o processo ensino aprendizagem podem planejar ações essencialmente dinamizadoras do processo educativo, que têm como eixo norteador o Projeto Político Pedagógico da escola que contempla, entre outros, a formação docente continuada sob a perspectiva de uma (re) definição da concepção pedagógica que iluminará as práticas escolares em um contexto essencialmente inter e transdisciplinar.

Sob esta ótica, a autonomia crescente da escola é construída no seu cotidiano a partir de uma intencionalidade presente em todos os âmbitos e áreas de atuação da comunidade escolar, tornando-se imprescindível a atitude reflexiva e crítica de um debruçar-se sobre a complexidade que envolve a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, por se entender que é a partir do contributo de uma escola aberta às inovações, à ressignificação de suas práticas e, principalmente, à melhoria do processo avaliativo, que privilegie fatores qualitativos ao invés de selecionar, classificar e excluir alunos (HOFFMANN, 2001).

Ressalta-se, ainda, que a ideia de gestão democrática implica no entendimento de que tudo é responsabilidade de todos, permitindo o compartilhamento de ideias e decisões, onde veiculem sugestões, planos e realizações em benefício da qualificação do processo de ensino e aprendizagem, função social da escola. Para tanto, o gestor enquanto líder por excelência das relações que se dão no âmbito da instituição deve envolver toda a comunidade escolar (diretor, especialistas, professores, pais, alunos, funcionários e comunidade em torno) para que participem ativamente do processo avaliativo visto como a base em que se assenta a emancipação da escola: que priorize “a visão e a compreensão das modificações que estão ocorrendo na sociedade como um todo e no grupo em que interage” (MONEZI e RIBEIRO, 2004, p. 41).

### **1.1 Avaliação sob uma Perspectiva Formativa e Emancipatória**

Historicamente os processos avaliativos têm sido vistos como uma forma de medir os conhecimentos que os professores transmitem em sala de aula e que

entendem que o aluno deve absorvê-los, assimilá-los e devolvê-los acriticamente a forma de respostas a testes e provas padronizados e homogeneizadores (HOFFMANN, 2001).

Ao avaliar para classificar, Perrenoud (2002, p. 11) exorta que: “a avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de hierarquias de excelência, em que os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida pelo professor e pelos melhores alunos”. Conforme o autor, quanto à regulação:

Esta se relaciona mais ao produto demonstrado pelo aluno em situações previamente estipuladas e definidas pelo professor, e se materializa na nota, objeto de desejo e sofrimento dos alunos, de suas famílias e até do próprio professor. Predomina nessa lógica o viés burocrático que empobrece a aprendizagem, estimulando ações didáticas voltadas para o controle das atividades exercidas pelo aluno, mas não necessariamente geradoras de conhecimento (PERRENOUD, 2002, p. 12)

Em última análise, quando a nota passa a ser objeto de desejo e de sofrimento desvincula-se da função mais nobre da avaliação que é a promoção humana do aluno.

Em sua função diagnóstica ou inicial, conforme explicam Miras e Solé (*apud* Coll et al., 1996, p. 381), propicia informações sobre as capacidades do aluno antes de iniciar um processo de ensino/aprendizagem, estando a serviço da comprovação de presença ou ausência de habilidades assim como, identifica as causas de reiteradas dificuldades na aprendizagem.

Em sua função formativa, de acordo com Haydt (1995, p. 17), busca determinar, se, de fato, os alunos estão atingindo os objetivos estabelecidos, verificando a compatibilidade entre tais objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas para este fim. Isto significa que se constitui em uma oportunidade para que o aluno conheça seus erros e acertos, estimulando um estudo sistemático dos conteúdos. Informa, portanto, ao professor e ao aluno, acerca do rendimento da aprendizagem, localizando as deficiências na organização do ensino, oportunizando a correção e a consequente recuperação (AFONSO, 2000; PERRENOUD, 2001)

Em sua função somativa, ou função creditativa, de acordo com Miras e Solé (1996, p. 378), “a avaliação determina o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem”, permitindo, conferir uma qualificação que sinalizará uma pista de

credibilidade da aprendizagem realizada. Ajuíza, portanto, o progresso realizado pelo aluno no final de uma unidade de aprendizagem, no sentido de colher os resultados da avaliação formativa, cujos indicadores permitem aperfeiçoar o processo de ensino. A forma como se avalia, segundo Luckesi (2002, p. 67-69) é crucial para a concretização do projeto educacional. É ela que sinaliza aos alunos o que o professor e a escola valorizam.

Ressalta-se que, no final da década de 80, novas perspectivas se voltam para o conhecimento da escola e das suas práticas pedagógicas, introduzindo o conceito de avaliação formativa, com distintas definições: a alternativa emergente proposta por Lüdke (1992), e a crítica, defendida por Luckesi (1995). Por outro lado, Wachowicz,(2002), discute a avaliação dialética e propõe uma mudança da avaliação de resultados para uma *avaliação de processo*, apontando para sua realização pela *descrição* e não pela *prescrição* da aprendizagem. Nesse sentido,

Este novo conceito de avaliação defende uma nova concepção de trabalho pedagógico, alterando a perspectiva transmissiva de processo de ensino. Proclama uma interação permanente: professor x aluno x conhecimento e, neste contexto, o sentido da avaliação direciona-se para um processo de investigação contínua e dinâmica da relação pedagógica como um todo (DALBEN, 1999, p.78).

Sob esta visão, cabe ao professor acompanhar o processo de avaliação, valendo-se da coleta de dados e do registro das necessidades do aluno, assim como de suas potencialidades, vigilante na investigação das questões que requerem maior investimento pedagógico, com vistas à alteração nos encaminhamentos didáticos.

## **1.2 A Avaliação e a prática docente na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite**

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite funciona na cidade de Nova Serrana-MG, mais especificamente na região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais, cortada pela BR262, se distanciando de Belo Horizonte 112 Km. Caracteriza-se por ser um município que recebe constantemente levas de migrantes em busca de melhores condições de vida e emprego. Nova Serrana, tem cerca de

80.000 habitantes e é conhecida como o primeiro polo calçadista do Estado de Minas Gerais e o terceiro do País tendo como vizinhos os municípios de Bom Despacho, Divinópolis, Itaúna, Araújos e Perdígão que contribuem para a expansão de emprego oferecendo a Nova Serrana grande número de trabalhadores, especialmente no processo de terceirização.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite foi aprovada pela Lei Municipal de número 1880 de 2006, no dia 31 de agosto do mesmo ano, oferecendo Educação Infantil e anos finais do ensino Fundamental. A escola atende ao entorno caracterizado por uma população de baixo nível socioeconômico e cultural, em sua maioria trabalhadores assalariados. É importante observar que o referido bairro foi fundado recentemente pelos moradores, reunidos em famílias de migrantes oriundas do norte de Minas Gerais. A estrutura física da escola é formada por três prédios de alvenaria. No bloco central estão instaladas as salas da direção, supervisão, secretaria, sala de professores, cantina, 2 banheiros para funcionários e oito geminados para alunos e alunas, 1 refeitório e 3 salas de aula. No bloco superior encontram-se 06 salas de aula e a biblioteca. E ao fundo, uma quadra esportiva com arquibancadas toda coberta. A escola mantém bem higienizadas suas instalações com permanente limpeza, inclusive o pátio que tem uma parte gramada. Ao longo da escola há murais com trabalhos dos alunos, quadro de avisos e mensagens diversas. A escola atende ao desenho universal de acessibilidade para pessoas com deficiências.

Quando se reflete sobre o processo avaliativo percebe-se a importância da dinâmica estabelecida a partir do modelo qualitativo, congregando propostas que desencadeiem práticas com finalidades semelhantes. Para tanto, pressupõe-se a ruptura com o modelo de avaliação quantitativa, classificatória e seletiva, passando para um discurso que problematiza e insere os educandos no contexto, enquanto sujeitos históricos e sociais. Sob este aspecto, é de suma importância a reconstrução do processo avaliativo, em sintonia com uma prática pedagógica comprometida com o alunado da escola.

Para BARRIGA (1992) é um movimento direcionado pela concepção de escola como território marcado pela diversidade de cultura e de vozes o que pressupõe uma nova forma de olhar o processo e o conceito de avaliação. Assim, a meta é o alcance de objetivos traçados, no que diz respeito ao aluno individualmente o que requer conhecer seus avanços na direção do saber, respeitados seu conhecimento

prévio e forma de se relacionar com o objeto do conhecimento (HOFFMANN, 2001). Em outros termos, faz-se necessário ao professor, conhecer as dificuldades dos alunos para avaliar a sua intervenção pedagógica contemplando a um só tempo o individual e o grupal. Conforme Zabala:

Difícilmente podemos conceber a avaliação como formativa se não nos desfizer de algumas maneiras de fazer que impedem mudar as relações entre alunos e professor. Conseguir um clima de respeito mútuo, de colaboração, de compromisso com um objetivo comum é condição indispensável para que a atuação docente possa se adequar às necessidades de uma formação que leve em conta as possibilidades reais de cada aluno e o desenvolvimento de todas as capacidades. [...] um clima de cooperação e cumplicidade, é a melhor maneira de que dispomos para realizar uma avaliação que pretende ser formativa (1998, p.210).

Destaca-se que, a partir desse novo enfoque, a avaliação pode conduzir a transformação da prática docente, via situações de aprendizagem portadoras de sentido e de regulação. Pode-se afirmar que ao se adotar o modelo de avaliação formativa a escola imbuída de princípios democráticos de gestão deve ser o eixo norteador de sua identidade coletiva. Ao se propor a trabalhar de forma cooperativa, levando em conta a diversidade de seu alunado “significa optar por uma proposta ampla, que envolve o acompanhamento individualizado dos processos e dos percursos de aprendizagem pelo professor” (ANDRÉ, 2001, p.20).

Sob este aspecto, a gestão pedagógica é interdisciplinar, tendo em vista o aporte de saberes oriundos de outras ciências, servindo como subsídio na análise da prática educativa. Portanto, ao visualizar a avaliação como o compromisso assumido pela gestão e registrado no Projeto Político Pedagógico da escola para a avaliação, o caráter da individualização é abordado pelo reconhecimento do aluno como sujeito epistemológico.

Em última análise, constitui-se um instrumento que favorece uma regulação contínua das aprendizagens, pois com a avaliação mais democrática o cotidiano da sala de aula adquire novos contornos e propõe novos significados, porque o conhecimento é construído pelo sujeito, assim como sua própria avaliação. Para Freire (1996, p.127), “a experiência na escola é um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido” em que o espaço pedagógico é *um texto* para ser constantemente lido, interpretado, escrito e relido. Enfatiza-se que nessa experiência, o professor assume um novo papel social para assumir essa responsabilidade de “Saber analisar o sistema no qual se opera, em suas múltiplas

dimensões, fundar as bases de um projeto sobre essa análise, pôr em prática esse projeto, organizá-lo coletivamente, geri-lo, ajustá-lo e avaliá-lo... são estas as competências de base necessárias” (PERRENOUD, 2002, p.135).

Coerentes com as mudanças na prática docente de avaliação é preciso que a instituição se comprometa com a transformação do processo educativo mediante consistentes programas de formação docente continuada na escola em que se privilegie o compartilhamento de ideias no coletivo grupal. Assim, a avaliação como prática de interrogação revela um instrumento por excelência adotado pela escola, pelos docentes e pela comunidade escolar, comprometidos com uma escola democrática que reconhece o papel formativo da avaliação como forma de permitir o desenvolvimento de todos os alunos (ANDRÉ, 2001).

Ao se considerar a importância da ação pedagógica em sala de aula, a gestão oferece projetos de formação docente continuada sob uma perspectiva crítica e reflexiva em cujos módulos é contemplada a avaliação de acordo com o seu PPP. Desta forma, os professores, nestes encontros, discutem suas práticas, trocam ideias, analisam e refletem sobre a teoria e utilizam da metodologia dos diários reflexivos, mediados pelo gestor pedagógico, vislumbrando novas e importantes intervenções com vistas à permanente melhoria do processo avaliativo, sob uma perspectiva formativa, diagnóstica e personalizada, considerando a diversidade do alunado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao participar do Curso de Especialização em Gestão Escolar foi possível contextualizar o processo de organização escolar, sob uma perspectiva democrática, em todos os seus âmbitos e especificidades, procurando refletir sobre o papel dinamizador desta instituição no sentido da emancipação de todos os seus alunos como garantia do exercício pleno de uma cidadania ativa e do êxito de sua permanência pela trajetória escolar.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite contempla o processo avaliativo sob uma perspectiva formativa, diagnóstica e personalizada, mas para que sua prática se estenda ao âmbito das salas de aula,

faz-se necessário que o professor se comprometa com um ensino de qualidade em que todos os alunos possam ser considerados em suas especificidades, tanto na forma e ritmos de aprendizagem como na relação com o objeto do conhecimento.

Com o trabalho desenvolvido, foi possível constatar que, nem sempre, na avaliação do aluno, o professor considera a importância de um replanejamento de suas práticas diante das necessidades individuais inseridas no grupo, como um todo.

Esta visão permite afirmar que o Projeto Político Pedagógico além de ser elaborado de forma participativa, portanto democrática e descentralizadamente, precisa considerar a importância da construção da autonomia individual e coletiva, tendo como referência e objetivos comuns a garantia do êxito do processo educativo.

O gestor, sob esta leitura, atua como um líder e mediador dos processos que envolvem a participação dos membros da comunidade escolar na construção do referido projeto. Para tanto, deve considerar, além de sua construção, a permanente avaliação e ajustes neste documento, enquanto espinha dorsal da escola, para que os pontos em inadequação possam ser reavaliados na direção da qualificação permanente do processo avaliativo/educativo.

Sob este aspecto, ressalte-se o papel imprescindível do gestor pedagógico na formação docente continuada, que tem como *locus* privilegiado a própria escola, quando se pretende a construção de profissionais críticos e reflexivos sobre suas práticas, à luz da teoria e vice-versa. Para compreender o alcance e o impacto positivo de uma gestão escolar democrática, para onde convergem os anseios por uma sociedade mais justa, equânime e igualitária, é oportuno analisar seus aspectos norteadores.

Uma gestão assim concebida deve espelhar o compromisso com a qualificação do processo de ensino e aprendizagem, assim como a importância de que se revestem os processos avaliativos, a partir do pressuposto que eles determinam, em grande medida, o êxito ou o fracasso do aluno. Assim, espera-se do professor o compromisso de ressignificar o processo de avaliação, por meio da coleta de dados e do meticuloso registro de suas necessidades e possibilidades, o que requer estar permanentemente atento às questões que demandam maior investimento pedagógico, no que tange ao replanejamento de suas ações

A avaliação formativa por se constituir numa prática educativa contextualizada, deve ser flexível, interativa e dialógica ao longo do ano letivo. Assim sendo, o aperfeiçoamento da prática educativa deve ser o objetivo básico de todo educador, para que todos os alunos alcancem um maior grau de competências, conforme suas possibilidades reais, seu ritmo e tempo diante do objeto de conhecimento.

O ponto nevrálgico da análise crítica do PPP analisado foi compreender as lacunas nos caminhos pelos quais a escola, como um todo, sua comunidade, devem, necessariamente, palmilhar para efetivar a avaliação formativa, diagnóstica e personalizada da aprendizagem escolar.

Em última análise quer dizer entender os dificultadores para a implementação de uma avaliação formativa e superá-los por meio de ações coletivas e problematizadoras, tendo na formação docente continuada, sob uma perspectiva crítica e reflexiva (à luz de Schön, Perrenoud, Tardif, Paulo Freire, Nóvoa, dentre inúmeros outros) o eixo norteador para a ressignificação da prática docente e a qualificação do processo de ensino e aprendizagem fundamentado na avaliação emancipadora (à luz de autores que veem na avaliação uma forma de assegurar o exercício de uma cidadania plena por parte do aluno, à luz de Hadji, Luckesi, Libâneo, Sarrubi, Zacharias, Hoffmann, dentre outros). Foi o verdadeiro propósito.

A maior contribuição possível a ser oferecida a partir desta análise vem do confronto com o que está registrado (no PPP) e a sua viabilização prática, traçando os caminhos e perseguindo-os o tempo todo; ou seja, estabelecer metas (coletivas) e “cobrá-las” no bom sentido (efetividade prática).

Isto significa que o que foi acordado e registrado, deixe de ser letra morta e decorativa (no papel/PPP) para criar vida e raízes no dia a dia da sala de aula, no dia a dia do professor, na importância (e eficiência) do apoio que ele vai receber (do grupo e na/pela formação continuada), no que diz respeito à mediação de seus pontos de vista, dilemas e propostas.

Vale reiterar que o tema avaliação, por ser extremamente polêmico, envolve um trabalho de garimpagem. Primeiro, porque os próprios professores a família, para não dizer a sociedade como um todo, ainda acreditam na necessidade imperiosa de provas, exames, testes (quanto mais apertados melhor) e notas (quanto mais padronizadas melhor) para avaliar a escola/professor/ensino-aprendizagem como “bons”.

Neste sentido, como enfrentar tantos pontos polêmicos e até mesmo culturais, enraizados no imaginário popular e do professor mesmo? Como ele pode mudar suas crenças, sem uma reflexão e um trabalho consigo mesmo a partir do grupo e da prática/teoria? É aí que residem os problemas. Portanto, a contribuição que espero oferecer é levar esta discussão adiante, desossar o processo, separar o joio do trigo, reconstruir o conceito e a prática da avaliação da aprendizagem na escola superando tabus a partir do questionamento dos próprios tabus. E isso só é possível no coletivo, no embate de ideias, no confronto e na (re) construção do processo avaliativo cristalizado ao longo do tempo

Conforme exposto anteriormente, com raríssimas exceções, o PPP ainda se constitui em um documento que registra, sim, os objetivos e a razão de ser do processo que conduz à concretização do plano de vida e da identidade da escola, mais ainda peca pelo formalismo (escolha dos termos, etc., a linguagem padrão...). Porém, mesmo que se leve em conta o necessário “formalismo”, é imprescindível ler e reler nas entrelinhas e, em alto e bom som, perscrutar “como” tudo aquilo que ficou lindo no papel vai sair do papel para a prática e ser permanentemente reconstruído.

O caminho é a discussão, a formação permanente, o coletivo docente e a mediação do formador. E mais, o coletivo docente, os pais, a comunidade escolar, a gestão, o mundo enfim precisam colocar em prática seus sonhos (utopias, porque falamos em sonho coletivo) tem que ser, em última análise o retrato fiel do que o discurso preconiza ali, *in loco* e *in verbis*.

Outro aspecto é a questão deficiente a ser analisada: o *modus operandi*. A avaliação para ser formativa, diagnóstica e personalizada; para ser transformadora e transformar o aluno, o professor, as práticas e a visão dos pais, etc., precisa ser mediadora, precisa partir do conhecimento prévio do aluno (e também do professor); precisa encontrar caminhos na prática, por meio da otimização da teoria e vice versa.

Discutir, trocar experiências, pensar se o que queremos é a formação do cidadão ou uma educação bancária. Sim, porque, a avaliação por notas, testes, apenas, seleciona, exclui, não cumpre seu papel formativo. Não forma no aluno a consciência ético-política para o enfrentamento dos problemas que o desafiam para além dos muros escolares. E, para ele ser competente fora e dentro da escola, ele precisa ser desafiado, se auto avaliar e contar com a mediação do professor,

configurando um *continuum* vida afora. Ao se auto avaliar o aluno se torna parte ativa do processo em que o professor revê seus métodos e ações.

O que de fato, a partir da análise efetuada acrescentaria que, então, é necessário discutir, discutir e discutir na busca de soluções efetivas, práticas e viáveis em tempo e espaço comum. Perspectivar um ensino-aprendizagem a partir de parâmetros reais estabelecidos em conformidade com a realidade da escola e da comunidade em que se insere. Tudo isto, depende da ação do(s) gestor (es) enquanto líder e mediador das mudanças almejadas.

Reitero que há que se estabelecer diálogo entre pares e discutir os caminhos sob uma perspectiva da diversidade humana presente no alunado (multi e intercultural), dentre outros aspectos, que garantam o êxito do aluno em sua passagem pela escola, o que está diretamente relacionado à visão que a escola, professor, gestor e comunidade escolar têm sobre a avaliação formativa e não sobre as “notas” que o aluno vai alcançar. Isto tem que ficar muito claro para todos.

Enfim, afirmo que o meu interesse pelo tema “avaliação”, se fundamentou na necessidade de transformar os métodos/processo/visão de mundo e escola/aluno/professor/gestor a partir de novos paradigmas que tivessem como marco referencial a busca de uma aprendizagem significativa, emancipatória, cidadã e ético-política. Na verdade, a importância desta análise reside na problematização a partir do que se tem e do que se almeja para a formação do aluno cidadão por meio da ressignificação das práticas docentes, basicamente.

Acredito que a maior contribuição possível a ser oferecida vem do confronto com o que está registrado (no PPP) com a sua viabilização prática, traçar os caminhos e perseguir-los o tempo todo; estabelecer metas (coletivas) e “cobrá-las” no bom sentido (efetividade prática).

A questão deficiente a ser analisada é o *modus operandi*. A avaliação para ser formativa, diagnóstica e personalizada; para ser transformadora e transformar o aluno, o professor, as práticas e a visão dos pais, etc. precisa ser mediadora, precisa partir do conhecimento prévio do aluno (e também do professor).

Precisa encontrar caminhos na prática por meio da otimização da teoria e vice versa. Discutir, trocar experiências, pensar se o que queremos é a formação do cidadão ou uma educação bancária. Nesse sentido, destaco que a avaliação por notas, testes, apenas, seleciona, exclui, não cumpre seu papel formativo. Não forma no aluno a consciência ético-política para o enfrentamento dos problemas que o

desafiam para além dos muros escolares. E, para ele ser competente fora e dentro da escola, ele precisa ser desafiado, se auto avaliar e contar com a mediação do professor, configurando um *continuum* vida afora.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação.** São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

ANDRÉ, M.A. (org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula.** Campinas: Papirus, 1999.

BARRIGA, A. D. (comp.) **El examen: textos para su historia y debate.** México: UNAM, 1992.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez.1996.

DALBEN, Â I. M. F. **Avaliação escolar e a relação com o conhecimento.** Caderno de Educação. APUBH – S. SIND. 1999, p. 74-87.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada.** Porto Alegre: ArtMed, 2001.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** v. 1. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais.** **Eccos Revista Científica**, vol. 4, fac. 02, Universidade Nove de Julho, São Paulo: 2002, p. 79-88.

LÜDKE, M. **Um olhar sociológico sobre a avaliação escolar.** Tecnologia Educacional. V.21, n. 108, set/out. 1992.

MIRAS, M., SOLÉ, I. **A Evolução da Aprendizagem e a Evolução do Processo de Ensino e Aprendizagem** in COLL, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MONEZI, M. R. C., RIBEIRO, M. C. C. M., LAGUNA, A.. J. Paradigmas contemporâneos da gestão educacional: uma visão inclusiva. **Revista de Cultura do IMAE**, São Paulo, n. 11, ano 5, p.54-62, 2004.

OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2003.

PERRENOUD, P. Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

WACHOWICZ, Lilian. Avaliação. IN: **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Ano 7, vol. 7, nº 2, jun. 2002.

ZABALA, A. A avaliação. IN: **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, cap. 8, p. 195-221, 1998.

**ANEXO**

# **ESCOLA MUNICIPAL MARIA ALVES DE BRITO LEITE**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE QUALIDADE**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>8</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>11</b>
<b>3. CURRÍCULO .....</b>	<b>15</b>
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....</b>	<b>20</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>24</b>
<b>7. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>32</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.*

PAULO FREIRE

Construir o Projeto Político Pedagógico é projetar o sonho da comunidade escolar, efetivando uma conquista da Constituição Brasileira de 1988 e reiterada na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, onde a gestão democrática deve ser o ponto de apoio da Educação Nacional, garantindo a participação dos profissionais de educação na sua elaboração. Embora visto como um processo de democratização, e que em tais processos existam diversos problemas, para que esse sonho se torne realidade e nossa população usufrua de uma educação de qualidade faz-se necessário a elaboração de editais, assembleias, pesquisas de campo com alunos, pais e profissionais da educação.

Partindo dessa premissa e da avaliação sobre a realidade da escola e da necessidade de enfrentar os desafios da modernidade, de constantes mudanças e grandes avanços, foi realizado com todos os segmentos da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite. Documento esse, que mostra a sua identidade e a realidade da comunidade na qual a escola está inserida.

O Projeto Político Pedagógico tem o papel de estabelecer a conexão entre os sujeitos escolares e a instituição, suas particularidades e seus desejos a partir de práticas educativas norteadas por um propósito reconhecendo assim a função social desta instituição. O PPP deve verdadeiramente, apresentar a escola, suas limitações, potencialidades e sua cultura. É um documento de compromisso uma vez que sua elaboração e acompanhamento preveem a participação de toda a comunidade escolar.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2010, s/p.)

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº. 9394/96, que regulamenta a Constituição Federal, no âmbito da gestão democrática, inicia-se oficialmente nas escolas a prática concreta de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), que deve expressar qual é o cerne, o eixo e finalidade da produção do trabalho escolar.

Com o objetivo de buscar a qualidade do ensino na escola pública, essa construção acontece também na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, criada no dia trinta e um de agosto do ano de dois mil e seis e inaugurada no dia quatorze de setembro de dois mil e sete, funcionando como segundo endereço da Escola Municipal Maria Rosa Soares, mas partir do ano de dois mil e nove, passa a ter seu próprio CNPJ.

Esta instituição surge da necessidade de atender os Bairros Itapoã, Santo Antônio, Santa Sara e adjacências, devido ao progresso e crescimento demográfico da cidade. Atende as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental do primeiro ao nono ano.

Esta unidade pertence à rede Municipal de Ensino, está situada à Rua Quinze, nº 202, Bairro Itapoã na cidade de Nova Serrana – MG, CEP: 35519-000 telefone (37) 3225-3979, E-MAIL: emmariaalvesdebrito@hotmail.com, localizada na zona Urbana com CNPJ: 10.885.528- 0001/49, pertence à 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis.

A Gestão da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, possui como característica uma gestão democrática e participativa que busca uma visão ideal de sociedade e formação humana para o pleno exercício da cidadania. O processo de escolha do gestor é feito através de indicação pelo Prefeito Municipal juntamente com a secretária de educação observando critérios pré estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

A gestão tem como parceria o conselho escolar que é composto por membros de vários segmentos da comunidade local e escolar; garantindo assim uma adequada

aplicação dos recursos destinados à escola. Esse possibilita um planejamento e estabelecimento de prioridades para a escola e toda comunidade escolar.

O Conselho Escolar têm ampla autonomia nas decisões quanto ao acompanhamento, avaliação e à aplicação dos recursos e dos repasses feito pelos sistemas Federais, Estaduais e Municipais. Todo o processo de decisão realizada pelo Conselho deve partir de atitudes democráticas, pautadas por discussões, propostas e decisões realizadas em assembléia formada pelos diferentes segmentos escolares. Conforme Oliveira(2010, p.5), “A construção do projeto político pedagógico da escola, traz à tona questões ligadas à gestão escolar, englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras”.

Considerando essa afirmativa, a Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite desenvolve formas democráticas de organização, gestão e funcionamento. Dá atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos e à melhoria das relações de trabalho em seu interior e, para ajudar no desenvolvimento do trabalho, conta com uma equipe formada por oitenta e dois funcionários. A escola possui um quadro de oitocentos e cinco alunos até o presente momento, divididos nos turnos matutino, vespertino.

A rede física é dividida em três blocos: o bloco central é composto por uma sala para a diretoria; uma secretaria de fácil acesso; uma sala para os professores com dois banheiros, sendo um masculino e um feminino; uma sala para o psicopedagogo e para as pedagogas contendo materiais pedagógicos para que seus atendimentos sejam adequados; uma cantina pequena, um refeitório com quatro mesas e oito bancos grandes de madeira para que os alunos tenham um bom momento de refeição.

A escola conta também com uma sala para laboratório de ciências que tem sido usada como sala de aula; almoxarifado de alimentos e almoxarifado de produtos de limpeza, pequenos; dois banheiros separados por sexo para os alunos, com boas condições de funcionamento, sendo estes sem adaptação para pessoas com necessidades especiais; laboratório de informática, com dezesseis computadores destinados aos alunos e uma sala de aula ventilada e bem iluminada, com quadro negro.

O bloco lateral superior conta com seis salas de aula ventiladas e bem iluminadas, com quadros negros; dois banheiros, sendo um masculino e um feminino, com boas condições de funcionamento, adaptados para pessoas com necessidades especiais. O bloco lateral inferior é composto por uma biblioteca com excelente acervo bibliográfico que atende aos alunos e professores da escola e a clientela do bairro, além de seis salas de aula ventiladas e bem iluminadas, com quadros negros. Possui uma quadra esportiva com cobertura, que atende os alunos e à comunidade durante o período letivo e também os finais de semana.

A escola trabalha em parceria com a comunidade e é usada também nos finais de semana para treinamento das equipes esportivas escolares, aulas de catequese, escolinha dominical, trabalhos da pastoral católica e para jogos recreativos em horários previamente estipulados para a prática esportiva da comunidade, além de ser cedida para outros eventos da comunidade.

A escola atende um número considerável de pais analfabetos, que vivem na condição de extrema pobreza e acentuam com isso os problemas de ordem social, econômica e cultural. A equipe da Secretária Municipal de Educação (SME) trabalha conjuntamente com a escola oferecendo apoio técnico e pedagógico.

Conta também com o Centro de Referência e Apoio a Educação Inclusiva (CRAEI) que atende as escolas municipais com especialistas como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogas, assistentes sociais, psicopedagogas, pedagogas e professores de recuperação, o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) com atendimentos e oficinas para as famílias e os alunos e também a Assistência Social do município com consultas, médicos neurologistas e com medicações às famílias carentes.

A escola está situada na Cidade de Nova Serrana, Capital Nacional do Calçado Esportivo. Razão pela qual há uma constante imigração de pessoas oriundas de vários estados do Brasil. A imigração se dá pela grande oferta de empregos oferecida pelas indústrias calçadistas a essas famílias, onde retiram seu sustento. Em contrapartida, o desenvolvimento gera na cidade um grande índice de criminalidade devido à violência, alcoolismo, prostituição, drogas e assaltos.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite pretende em seu dia-a-dia oferecer a oportunidade de formação aos alunos, tanto em caráter acadêmico quanto para que sejam cidadãos formadores de uma sociedade ampla e democrática. Mesmo sabendo da dificuldade desse processo, que deve ser diário, contínuo, de médio e longo prazo e que inicia-se na família e complementa-se na escola, essa não foge a sua responsabilidade e mobiliza todos que fazem parte desta instituição e busca auxílio em outros órgãos públicos para alcançar o sucesso deste processo.

Em pleno século XXI é emergente a necessidade de empreender uma proposta de trabalho coletiva, que ofereça subsídios para vencer as barreiras e entraves que viabilizem a construção de uma escola pública de qualidade, que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania. Uma escola de valores, de ações transformadoras necessita entender o mundo globalizado e contextualizar essa realidade, lembrando-se sempre que ações singulares contribuem para avanços, mas são as ações coletivas que surtirão efeitos e tornarão a escola cada vez mais democrática e formadora de alunos que entenderão o funcionamento e a leitura de mundo.

A elaboração desse Projeto Político Pedagógico representa esse fortalecimento, uma vez que possibilita o desenvolvimento da consciência das famílias, alunos e profissionais envolvidos, através da reflexão sobre os diferentes temas que o compõe e sobre a importância histórica dessa prática para a elaboração de diferentes propostas de mudança. Uma escola que representa o instrumento real de transformação social.

Mas sabe-se que a escola sozinha não consegue enfrentar a tarefa de formar o cidadão, uma vez que essa formação vai além de seus muros. Ela é forjada no dia a dia da relação entre os sujeitos no interior da escola, na relação da escola com a família e com toda comunidade escolar, a exemplo da elaboração desse projeto, que tem apresentado contribuições relevantes nesse processo. Daí, a necessidade de sua implementação.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção. Quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.*

PAULO FREIRE

Explicitar a finalidade da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, significa estabelecer a razão de ser e o sentido social dessa instituição. Para tanto, é necessário que todos os agentes da educação compreendam o seu papel e a sua especificidade. Ou seja, as crianças e adolescentes devem ser vistos como sujeitos de direitos e cuidados e a educação deve ser vista como complementação à ação da família e da comunidade.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite busca desenvolver nos alunos dentro de suas diversidades culturais, as capacidades cognitivas, afetivas, estruturais, físicas e de responsabilidades individuais no âmbito social, preparando os mesmos para o pleno exercício da democracia com visão de cidadania que busca seus direitos e deveres.

Esta instituição busca preservar os valores sociais, éticos e morais que se perderam com a sociedade moderna e com o progresso, retendo, discutindo, cristalizando valores que a própria família já não tem condições de identificar. A escola se ocupa, também, em abordar questões e assuntos presentes em diferentes períodos históricos. Para tanto, deve ser um espaço de formação e informação em que a aprendizagem favoreça a inserção do aluno, no dia a dia das questões sociais marcantes em um universo cultural maior, para que se desenvolva também enquanto cidadão.

A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel

nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. (DOURADO, 2010, p.3)

Para cumprir essa finalidade, é necessário então definir o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, respeitando a integralidade desse processo, nas suas várias dimensões. Na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), deve-se levar em conta que as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional, são consideradas instituições educativas de caráter coletivo, cujo papel social é sim educar e instruir, mas não somente isso. A escola deve também orientar e criar estratégias para que os alunos possam imputar de conhecimentos. E estes são os compromissos da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite. Um compromisso com a cidadania.

Dentro dos desafios que se apresentam à vida moderna, a educação se constitui no mais complexo compromisso com que se depara a família. A tarefa de educar é primordialmente a tarefa de selecionar, organizar e cristalizar valores no educando. Todos querem filhos honestos, de caráter ameno e de natureza tolerante. Todos buscam educar seus filhos para o bem comum, a autonomia e a independência em todos os sentidos. (ABDALLA, 2000, p.11)

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, zela pela permanência do aluno, almejando sempre pelo seu lado cultural, político, social, profissional e humano, visa formar alunos conscientes e críticos para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.

A evasão é uma preocupação constante, por isso a escola procura informar aos familiares sobre a ausência dos alunos pelo período de três dias consecutivos através de documentação formalizada. Se o problema persiste é acionado o Conselho Tutelar da cidade para que ajude a trazer o aluno novamente para o convívio escolar e se o Conselho Tutelar não resolve, o caso é levado para o Promotor da Vara da Infância e Juventude.

[...] Todos os membros da comunidade escolar são capazes de perceber e refletir sobre as conexões e a sua realidade local e as questões sociais mais amplas, sobre as suas expectativas e dominantes no conjunto da sociedade, sobre os conflitos de interesse produzidos por uma sociedade marcada por tantas desigualdades como a nossa. [...] ( MASAGÃO, 2005, p. 247).

Quanto ao desempenho dos alunos, são feitas reuniões bimestralmente com as famílias juntamente com toda a equipe pedagógica sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com isso busca-se o incentivo e a participação na vida escolar de seus filhos, gerando um bom entrosamento entre escola/família/comunidade.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A estrutura geral do sistema educacional decorre da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 que se vincula às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, bem como às respectivas Emendas Constitucionais em vigor.

Observar e avaliar como a escola está organizada para sua prática diária é uma forma de criticar e buscar por ações que venham alicerçar a consciência dos que ali estão quanto as suas responsabilidades enquanto sujeitos formadores e construtores de cidadãos críticos.

Enquanto a estrutura administrativa está relacionada e gestão propriamente dita, a estrutura pedagógica correlaciona-se a aprendizagem e as suas relações. Na estrutura da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, não existe separação entre o que é competência administrativa ou pedagógica que são dois tipos básicos de estruturas comuns às escolas. Entende-se a necessidade da caminhada em conjunto, respeitando as características de cada estrutura. Na direção geral, encontra-se o gestor e dois vice diretores, que estabelecem medidas administrativas, técnicas e de serviços gerais necessários para organização e funcionamento.

A escola conta com quatro pedagogos que revezam em dois turnos. Eles são responsáveis pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais e um psicopedagogo para acompanhar os alunos com déficit de aprendizagem. Juntos, eles acompanham e ajudam a promover a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, religiosa, social e política. Trabalham em consenso numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica, ajuda aos professores

nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, no currículo, avaliação e recuperação dos alunos.

Na secretaria, a escola conta com um secretário e três auxiliares de educação que realizam todo o serviço de escrituração financeira, documentação escolar, organização da vida funcional do corpo docente, discente e técnico-administrativo, bem como arquivo e expedição de correspondência comercial. Na equipe técnico-administrativa, são dois auxiliares de biblioteca, quatorze auxiliares de serviços gerais, dois porteiros, dois vigias que trabalham em forma de revezamento, duas monitoras responsáveis pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio.

Para compor o corpo docente, a escola conta com quatro professores de Educação Infantil, dezesseis professores regentes de turma do primeiro ao quinto ano, dois professores eventuais em substituição aos professores regentes, dezoito professores do sexto ao nono ano e dois professores de informática. Esses profissionais têm como função orientar, promover o processo ensino-aprendizagem, planejar e avaliar buscando sempre a efetivação da aprendizagem. Atuam como profissionais e cidadãos que interferem na realidade econômica, cultural, política e social.

Nessa perspectiva, a estrutura da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, preza pela organização e tem profissionais que agem como referência em tratamento e solução dos diversos assuntos, sem valorizar o que é administrativo ou pedagógico ou quem faz parte desta ou daquela estrutura. Uma organização que possibilita a participação e a construção por todos, com objetivos cooperativamente definidos, construídos e avaliados pelo grupo. Uma organização que prioriza a formação para a cidadania.

A concepção de um projeto deve apresentar características tais como: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2001, p. 11),

Na atualidade, a educação vem caminhando em direção a essa proposta. Uma educação voltada para a cidadania, uma educação realmente democrática, participativa e que prima pela qualidade. E o papel do professor na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, é realizar tais mediações para que o aluno possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo.

Acredita-se então, que ao trabalhar com a pedagogia de projetos;

[...] o aluno aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, novas descobertas, compreensão e reconstrução do conhecimento. E, portanto, o papel do professor deixa de ser aquele que ensina por meio da transmissão de informações – que tem como centro do processo a atuação do professor -, para criar situações de aprendizagem cujo foco incide sobre as relações que se estabelecem neste processo, [...] (PRADO, p. 2),

Entre os projetos que mais se destacam nesta escola, estão os Jogos Escolares internos e externos e Construindo Valores, que tratam dos princípios de civismo e civilidade com foco em Bullying, uma parceria com o grupo Jovens a Caminho da Cidadania (JCC).

O Meio Ambiente também é tema de reflexão e neste sentido, destaca-se o projeto “Como Cuidar do Meio Ambiente” em parceria com a RODONAVES, Transportadora de Nova Serrana, que faz a recuperação da lagoa, nas proximidades da escola. O projeto "Escola Limpa", que trabalha a coleta seletiva e o Projeto "Visita ao lixão" têm o objetivo de despertar a consciência do aluno no sentido de preservar.

O projeto Bons Leitores Grandes Escritores e o Projeto Literário, também merecem destaque, porque incentivam a leitura e a pesquisa, assim como os projetos Patriota em minha terra – migrantes; Consciência Negra; Semana das Crianças; Semeando; Carnaval, Poesia, Circo, Minha Escola, Festa Junina, Folclore, Semana da Pátria, dia do Educador, Gincana Ecológica, Ação de Graças; Natal; Campeonatos de Fatos, de Leitura e de Escrita, Adaptação Escolar; Projeto Alfabetização (nome, leitura, poesia) e o Projeto Semana da Alimentação.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite também promove palestras com temas diversos como Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Violência Física e Moral, Família na Escola, Valor da Família na Sociedade, Cidadania Consciência e Prevenção de Saúde na Escola e Comunidade (PSEC), além de viagens culturais ao

Serviço Social do Comércio (SESC) e ao Serviço Social da Indústria (SESI), ambos da Cidade de Bom Despacho; à Gruta de Maquiné; ao Arcelor Mital, que é a maior siderurgia do mundo guiada por uma filosofia de produzir seguro, aço sustentável, é a principal fornecedora de produtos de aço de qualidade em todos os principais mercados, incluindo automotivo, construção, eletrodomésticos e embalagens.

Na esfera social, a escola intervém junto às famílias carentes ofertando consultas oftalmológicas e também ajudando na aquisição de óculos para os deficientes visuais. Para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem são oferecidas aulas de reforço para os alunos com déficit de aprendizagem fora do turno de estudo além de disponibilizar consultas neurológicas para os alunos que apresentam este déficit na aprendizagem de maneira preocupante.

E para buscar melhor aperfeiçoamento dos profissionais da Educação, as escolas juntamente com a Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Estadual de Educação (SEE), promovem cursos de capacitação para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do ensino aprendizagem. A partir daí (re) elabora o Plano de Intervenção Pedagógica(PIP) buscando sanar as defasagens da aprendizagem e identificar e avaliar as práticas pedagógicas dos docentes.

Mensalmente, a equipe Pedagógica reúne com todos os profissionais regentes (Módulo II) para discutir e avaliar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Conteúdo Básico Comum (CBC), Currículo, Regimento Interno, Projeto Político Pedagógico (PPP), os cadernos do Centro de Aperfeiçoamento de Leitura e Escrita (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Guia do Professor Alfabetizador, estudo de diretrizes, leis e resoluções.

O objetivo é planejar as atividades pedagógicas e executá-las de acordo com as exigências curriculares estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

A equipe administrativa desta instituição realiza a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Os recursos humanos são geridos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Nova Serrana - Minas Gerais. Os recursos físicos e financeiros são destinados pelo Plano de Desenvolvimento da Educação Básica e são geridos

pelos membros do Caixa Escolar e do Colegiado através de reuniões com representantes de todos os segmentos da escola, visando sempre à melhoria das condições de aprendizagem e a busca pela qualidade na educação.

[...] a construção coletiva do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola colocada em ação pelo empenho e pela capacidade e habilidade do coletivo da escola determinarão certamente a configuração de um PDE rico e dinâmico, verdadeiro instrumento propulsor de mudanças e de gestão escolar democrática. (BRASIL, SEE-MG, 1997,p.5)

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) é um instrumento financeiro importante. A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite não foi ainda contemplada com o recurso, mas a direção recebeu treinamento e capacitação oferecida pela SME na cidade de Cláudio - Minas Gerais para aprender a conhecer o sistema. As escolas que recebem os recursos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) podem realizar reformas, ampliações do acervo pedagógico, bibliográfico e de mobiliários, buscando sempre a promoção e a efetiva aprendizagem dos alunos.

### 3. CURRÍCULO

O currículo deve ser entendido como prática pedagógica e ganha sua concretude no fazer pedagógico, isto significa que ele precisa ter como pressuposto os princípios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico (PPP) construído coletivamente.

Ele deve ser voltado para a realidade dos alunos tendo como característica principal a construção histórico-social. Por isso, não pode ser visto como um produto final, mas sempre em transformação.

O Currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionados aos estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições. Se o Currículo, evidentemente, é algo que se constroem, seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura. (LOPES, 2000, p.19).

As legislações que fazem referência ao Plano Curricular da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, são as seguintes: Lei 12.767/98, sobre os Direitos Humanos, integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum; Lei 9795/99, Educação Ambiental, integrada aos componentes Curriculares Geografia e Ciências; Lei 13.411/99, sobre uso de Drogas, dependência química que permeiam o conteúdo de Ciências e Direitos Humanos que permeia o conteúdo de Língua Portuguesa;

Também fazem referência ao Plano Curricular da escola a Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08, História e Cultura Afro- brasileira e dos povos indígenas brasileiros que permeiam todos os conteúdos em especial, Arte, História e Língua Portuguesa; Lei 12491/97, Orientação Sexual trabalhada no conteúdo de Ciências; Lei 11525/07 e Res. SEE nº 137/09 com os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História; Lei número 11.769/08 – Música – Conteúdo Obrigatório do Ensino de Arte.

O Plano Curricular desta instituição está organizado no nível de Ensino da Educação Infantil turno diurno, de cinco anos de idade, tendo como eixo de trabalho a Formação Pessoal e Social, Conhecimentos de Mundo, Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade

e Matemática, perfazendo um total de vinte aulas semanais e oitocentas horas anuais. São destinados quinze minutos ao dia para o recreio resultando em cinquenta horas/ano com um total geral de oitocentas e cinquenta horas anuais.

A duração do módulo/aula é de quarenta e oito minutos do primeiro ao quinto ano e cinquenta minutos do sexto ao nono ano, com duzentos dias letivos, quarenta semanas anuais, cinco dias semanais, com recreio de quinze minutos ao dia e a duração do turno é de quatro horas e quinze minutos do primeiro ao quinto ano e quatro horas e vinte e cinco minutos do sexto ao nono ano.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental de nove anos do turno diurno está definido nos anos iniciais do Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano), Ciclo Complementar (4º e 5º anos), Ciclo Intermediário (6º e 7º anos) e Ciclo da Consolidação (8º e 9º anos) na Base Nacional Comum; esta nova Resolução tem como base a LDB 9394/96 de 20/12/96, Resolução 2197/12.

São oferecidas cinco aulas de Língua Portuguesa para o primeiro ano e do sexto ao nono ano. Do segundo ao quinto ano são seis aulas. O Componente Curricular de Matemática apresenta com cinco aulas do primeiro, quatro até o nono ano e no segundo e terceiro ano, com seis aulas. A área de Ciências da Natureza se apresenta com duas aulas no primeiro ano, três aulas do segundo, terceiro, quarto, quinto, oitavo e nono ano, quatro aulas para o sexto e sétimo anos.

Nos conteúdos de Ciências Humanas (Geografia e História) no primeiro ano são duas, do segundo ao nono ano são três aulas para disciplina. A área de Educação Religiosa se apresenta com uma aula em todos os anos do Ensino Fundamental. O conteúdo de Arte se apresenta com uma aula nos anos iniciais e somente uma no oitavo e nono anos e o conteúdo de Educação Física se apresenta com duas aulas da Educação Infantil ao nono ano.

O Currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação "mais técnica", descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares (SACRISTAN, 1998, p.17).

A parte diversificada do currículo desta escola é a Língua Estrangeira Moderna, o Inglês. Apresenta-se com uma aula no quarto e quinto anos e duas aulas do sexto ao nono ano; Música e psicomotricidade se apresentam com duas aulas só no primeiro ano. O conteúdo de Ciências Humanas, conteúdo Natureza e Sociedade apresentam-se com uma aula semanal, só no primeiro ano.

O conteúdo de Desenho Geométrico foi incorporado ao conteúdo de Matemática por serem áreas afins, isto foi acordado entre a Secretaria Municipal de Educação juntamente com todos os diretores da Rede Municipal seguindo reivindicação dos profissionais da área.

A carga horária é de vinte cinco aulas semanais, oitocentas horas/aulas anuais do primeiro ao quinto ano e oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono, perfazendo um total de duzentos dias letivos. São quarenta semanas com cinco dias e duração do recreio de quinze minutos com duração do turno de quatro horas e quinze minutos para os anos iniciais do ensino fundamental e quatro horas e vinte e cinco minutos do sexto ao nono ano.

Apesar do currículo não ser elaborado dentro da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, ele é visto como um importante instrumento em constante transformação sendo eficaz dentro das políticas pedagógicas da escola cabendo a todos os membros da Comunidade Escolar analisar, avaliar e modificar de forma que ele seja adaptado à realidade da instituição. É um documento flexível, sujeito às mudanças e reflete a concepção de educação.

Considerando que caberia ao Estado determinar uma base comum de conhecimentos que organizasse o sistema de ensino [...] a pedagogia dos conteúdos colocava-se a favor de programas oficiais a serem desdobrados pelos professores, consideradas as condições da escola, as experiências dos alunos, bem como as situações didáticas específicas às diferentes séries e materiais. (MOREIRA, 2010, p.112).

No caso específico desta escola, o corpo docente se dispõe, se capacita e reformula o currículo com base nas perspectivas e necessidades da comunidade. Esta reformulação é importante para que o currículo não seja lançado de cima para baixo na escola, como é determinado pelo governo, cabendo a ela "apenas seguir ou resistir a esse pacote" [...], conforme afirma Moreira (2010).

O Plano Curricular (Anexo A) é elaborado e modificado em consonância com as conveniências didático-pedagógicas e com as determinações legais, em reuniões específicas a partir da avaliação, do monitoramento e da prática dos professores. Sabe-se porém, que construir o currículo não é tarefa fácil e certamente requer dos profissionais nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação.

## 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Tempo escolar representa o tempo que o aluno passa numa instituição. Esse tempo deve ser organizado para evitar o desperdício e ser usado de forma construtiva para diminuir a fadiga e a ansiedade. O bom uso do tempo deve ser de primordial importância, porque não são as horas trabalhadas que irão fazer a diferença, mas sim à clareza dos objetivos propostos, por isso a escola deve elaborar com frequência atividades extracurriculares.

Tanto o tempo quanto os espaços da escola refletem as crenças, desejos, anseios e as metas do grupo e ambos fazem parte da ordem escolar. Assim, a escola precisa delimitar ou controlar em anos, ciclos, séries, horários, relógios, sinais, pátios, trabalhos em grupo ou individual, etc. Deve ser entendido como um instrumento importante no ensino aprendizagem.

A organização social do tempo é um elemento que reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentro do meio de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p.1015).

A divisão do tempo escolar na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite é feita com toda a equipe da Secretaria Municipal de Educação, gestores da rede municipal e estadual, equipe pedagógica, representantes de pais e alunos para a elaboração do calendário escolar anual. Ele é composto de duzentos dias letivos, com oitocentas horas/aula da Educação Infantil ao quinto ano e oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono ano, onde é previsto início e término do ano letivo com trinta dias de férias escolares, feriados, recessos, festa junina, momento cívico, dia escolar para treinamento e planejamento pedagógico.

O tempo escolar é, portanto, concomitantemente, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizativo. Podendo ser considerado como um poderoso instrumento no processo educacional já que, nele, a aprendizagem e a história podem ser compreendidas não só como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, mas sim, como um processo de avanços e progressos; um tempo construído social e culturalmente (FRAGO, 1995).

A construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, leva em conta o conhecimento da comunidade escolar em ciclos e anos e é marcado por períodos fixos. Não há mais retenção ao final de cada ciclo e de acordo com a Lei 2197/12, mesmo constando no Regimento Escolar a existência de retenções no terceiro, quinto e nono anos, depois de esgotadas todas as possibilidades de recuperação paralela, final, estudos independentes e progressão parcial uma vez que ainda não houve mudança no Regimento Escolar.

As turmas são agrupadas obedecendo a critérios como idade, nível de escolaridade e de aprendizagem, procurando formar grupos heterogêneos para valorizar a diversidade cultural. O calendário dessa instituição está organizado com cento e sete dias no primeiro semestre, noventa e três dias letivos no segundo semestre, sete dias escolares perfazendo um total de duzentos e sete dias compondo o ano escolar. (Anexo B)

A duração do módulo/aula do primeiro ao quinto ano é de quarenta e oito minutos com um recreio de quinze minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e quinze minutos. O módulo/aula do sexto ao nono ano é de cinquenta minutos com recreio de quinze minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e vinte e cinco minutos e as aulas de Educação Infantil têm a duração de quatro horas e quinze minutos com um recreio de quinze minutos.

A equipe pedagógica se reúne semanalmente para estudar e planejar atividades da semana e trocas de experiências. Estudar os cadernos do Centro de Alfabetização Leitura e Escrita (CEALE) Guia do alfabetizador, Currículo Básico Comum (CBC) e outros. Enfim, espaço e tempo são duas dimensões organizacionais e de ações que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas no âmbito dessa instituição.

Nessa perspectiva, espaço e tempo não podem ser entendidos como neutros, representam uma construção social que expressa às relações que neles se desenvolvem, exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo um ambiente educativo fundamental à formação do sujeito.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

É de fundamental importância que se articule no interior da escola o envolvimento de todos os participantes da comunidade escolar na organização, na tomada de decisões, tanto nas esferas administrativas quanto nas pedagógicas para que o Projeto Político Pedagógico e o Plano Desenvolvimento da Escola tornem a gestão democrática, verdadeiramente efetiva. Essa participação somente ocorre se houver uma integração escola/família/comunidade.

O Processo de Decisão Escolar eleva os padrões de eficiência e de autonomia financeira, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para “transformar a visão de escola em realidade”. Ele deve partir do âmbito individual para o coletivo. Se por decisão individual se entende que cada indivíduo “decide por si”, no qual o objetivo é a busca da felicidade, a decisão coletiva são decisões não individuais, cujo resultado decorre da agregação das preferências individuais de cada componente do grupo, em busca da sobrevivência do mesmo (BOBBIO, 1995, p. 309).

O autor lembra que para realizar um ensino de qualidade e cumprir com seu objetivo, as escolas devem buscar um novo olhar pedagógico, valorizando os agentes escolares e suas experiências, rompendo os padrões pré-estabelecidos. Deve-se repensar os tempos escolares, os conceitos, os arquétipos e até os padrões disciplinares.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, procura envolver a comunidade escolar na participação democrática e no processo decisório que é tomado de forma compartilhada com todos os envolvidos, priorizando a todos os projetos que têm iniciativa na escola, na Secretaria Municipal de Educação, no governo Municipal, Estadual e Federal.

Todos os envolvidos da comunidade escolar participam das assembleias, reuniões, palestras, entrega de resultados bimestrais caracterizando-se assim uma gestão participativa e democrática.

Por esse motivo, a democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que sobrevive sustentado pela ilusão do ideal democrático (FORTUNA in: BASTOS, 2000 p. 121).

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite inicia-se com entrevistas aos alunos, pais, corpo docente, administrativo e pedagógico. De posse de todas as informações, a equipe e os demais membros da comunidade escolar se encontram também mensalmente para discutir, organizar e avaliar os processos e etapas de elaboração do documento, buscando sempre consenso nas tomadas de decisão.

Na elaboração deste documento, percebe-se que o Conselho Escolar tem um forte poder de decisão em relação às questões cotidianas e também em relação à estrutura política e financeira, participando das reuniões mensais para deliberação e aprovação de prestação de contas relativas ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Para Xavier (2000, p.15), “a liderança da escola deve estar fundamentada num processo democrático em que os líderes compartilham decisões com professores, pais, alunos e comunidade, visando atingir um nível superior de desempenho da escola”. Assim o Conselho desta escola também é formado. São representantes de todas as esferas, tanto administrativa, quanto pedagógica e financeira como pais, professores e alunos que tornam-se assim, responsáveis pelas decisões e pela garantia de uma prática pedagógica eficiente e de qualidade.

Os representantes dos diversos segmentos reúnem bimestralmente para discutir e elaborar suas ações que estão sempre voltadas para o desenvolvimento afetivo/social e cognitivo dos sujeitos. As decisões tomadas no interior da instituição, por sua vez, são socializadas com os demais envolvidos no processo educativo.

O Conselho de Classe é composto pelo gestor que é um cargo de confiança, indicado pelo Prefeito Municipal e pela equipe pedagógica e educadores que atuam do sexto ao nono ano. Reúnem-se bimestralmente para estudar, avaliar e analisar a aprendizagem de cada aluno e os resultados para que possam intervir no processo ensino-aprendizagem buscando possíveis soluções para sanar as deficiências.

O Caixa Escolar, que também caracteriza os processos de decisão da escola, é composto por membros efetivos e suplentes (no caso de faltar algum membro) de vários segmentos desta instituição e da comunidade escolar. Ele tem como função avaliar, deliberar, fiscalizar as prestações de conta sobre assuntos relativos ao

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e tem como membros: um presidente representado pelo gestor, um vice presidente, três conselheiros deliberativos, três conselheiros fiscais e um secretário.

Ao final de cada semestre é feita uma avaliação da instituição escolar sobre aspectos administrativos e pedagógicos com todos os funcionários presentes com documentação formalizada. O Conselho de Avaliação de Desempenho Profissional tem a finalidade de avaliar os funcionários e é composto por membros efetivos e suplentes que já tenham passado do estágio probatório, com ata lavrada. Tem como membros: o gestor, o vice diretor, um representante da equipe pedagógica por turno, um secretário, um representante de professor por turno e um funcionário por setor.

Enfim, nas tomadas de decisão da escola é preciso à participação consciente com um pleno exercício democrático, onde os espaços são conquistados dia após dia, como uma luta constante, um processo inacabado, como desejo a ser realizado.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Os membros de uma comunidade escolar não podem agir isoladamente como profissionais e mesmo socialmente, mas sim como parte de uma equipe que objetiva uma educação de qualidade. Afinal, a comunidade escolar participa constantemente de grupos sociais diferenciados e precisa manter uma interação social compartilhada. É exatamente a compreensão da natureza dessas relações humanas que permite evoluir consideravelmente nos resultados que a escola almeja alcançar.

A História do homem é uma história de lutas e desafios, diante de si e diante da adversidade. História se escreve com muitas mãos, muitas cabeças, muitos corações. O homem é social. É fruto do equilíbrio de suas relações. Educar é ajudar o homem a adaptar-se, diante do desconhecido que nos espera. (ABDALLA, 2000, p. 7).

Na escola democrática, o trabalho dos profissionais da educação deve ser coletivo e de qualidade. Não há espaço mais para o individualismo, mas para o trabalho integrado e isso implica mudanças radicais que passam pela formação do professor, pela concepção do trabalho pedagógico e transforma consideravelmente a rotina da escola. De acordo com Xavier (2000), uma escola de qualidade:

[...] é aquela que desenvolve relações interpessoais, que conduz a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que dispõe de recursos humanos com formação adequada, que dispõe de material escolar e didático necessário, de instalações de qualidade e condições adequadas de funcionamento. De processos definidos e organizados em função dos objetivos da escola.

Impossível falar em qualidade de ensino sem falar da formação do professor neste sentido, a Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite dispõe de recursos humanos com formação adequada. Possui em seu quadro cem por cento de seus professores com graduação, e oitenta e dois por cento de pós graduação.

O bom relacionamento e a motivação no trabalho são também muito importantes. Às vezes se depara com o cansaço, o desânimo e motivar é sempre fundamental para a construção de novas formas de relações, com espaços abertos à reflexão e ao diálogo entre os diversos segmentos da escola para que juntos possam alcançar a meta desejada. Traçando esse objetivo, a Escola Municipal Maria Alves de Brito

Leite juntamente com as escolas do município e SME, promove cursos de capacitação para os profissionais da educação e o objetivo é elevar a auto-estima e melhorar as relações para que estas se pautem na solidariedade, reciprocidade, respeito e participação coletiva.

Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos nessas relações são definidos de forma democrática e coletiva na escola em estudo. Afinal, uma relação de trabalho não pode ser solitária, precisa de uma pequena dose de competitividade, na qual o diálogo e a cooperação são importantes para o desenvolvimento do trabalho. O papel do gestor nesse caso é fazer com que a instituição atinja seus objetivos com harmonia de forma democrática e colegiada.

Sabe-se da necessidade de aprimorar cada vez mais a interação família/escola através de projetos que envolvem a comunidade a participar da vida da criança na escola. Esta instituição realiza encontros com a comunidade escolar durante o ano com palestras cujos temas são direcionados às relações familiares e na ocasião, também esclarece quanto ao nível de aprendizagem e relacionamento dos seus filhos. As famílias participam também dos eventos tradicionais como a festa junina, festa da família e outras.

Conforme Vasconcelos, apud Freire (2005 p. 2), “a escola enquanto instituição educativa desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam esta interação principalmente no que tange à sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a convivência em grupo e em sociedade”.

Para resolver os conflitos entre funcionários, o gestor reúne com sua equipe e funcionário em particular onde é exposta a situação, buscando juntos as possíveis soluções. E se necessário uma segunda conversa, sempre registrada em ata. Se ainda assim o problema persiste, o funcionário assina uma advertência e é encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação para que o problema seja solucionado.

E quando acontece conflito aluno/aluno e professor/aluno o gestor reúne com sua equipe e tenta solucionar. Se há reincidência do fato, os pais são comunicados e juntamente com o gestor, tentam solucionar o problema registrando o fato em livro próprio. Se ainda assim o problema persiste é informado aos pais sobre a suspensão do aluno por dois dias consecutivos, com documentação formalizada e dentro das normas previstas no Regimento Escolar. Mas somente em casos de extrema necessidade.

É importante salientar que a escola não representa um espaço educacional isolado. Enquanto instituição, ela precisa buscar parcerias visando à integração com a comunidade e os primeiros parceiros são os pais e/ou os responsáveis pelos alunos. Dentro da escola, as relações são imprescindíveis para o bom funcionamento didático, pedagógico e pessoal. É preciso ética, solidariedade, respeito, compromisso e o envolvimento de toda comunidade escolar.

## 7. AVALIAÇÃO

A definição do termo “avaliação” presente na Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é demasiadamente ampla. No contexto contemporâneo da educação brasileira, e conforme o Guia do diretor escolar(s.. p.32):“avaliação realiza-se em diferentes instâncias do sistema educacional e apresenta várias modalidades e dimensões variadas que lhe confere múltiplos significados e imprime caráter complexo” e contraditório ao termo:

Entre as várias modalidades que compõem o conjunto de práticas avaliativas no campo da “avaliação” destacam-se a “avaliação sistêmica” realizada no âmbito dos sistemas de ensino, a “avaliação do desempenho profissional e institucional”, destinada às instituições e aos profissionais da educação, e a “avaliação escolar ou pedagógica” que pode ser analisada de acordo com o debate contemporâneo sobre esse tema, com base em duas perspectivas teóricas divergentes, a saber: a “avaliação classificatória” e “avaliação formativa”. É para essa última modalidade de avaliação que converge à atenção de grande parte dos educadores e pesquisadores em educação, por caracterizar-se como uma das ações centrais do processo ensino aprendizagem. (BRASIL, s.d. p. 380)

As maneiras que se pode avaliar um aluno são as mais diversas. Internamente a escola realiza avaliações em sala de aula que podem ser diárias, mensais, bimestrais; realizadas de maneira individual, em duplas ou grupos; através de provas, pesquisas, trabalhos ou anotações; avaliasse também o compromisso e participação dos alunos durante as aulas, etc., o que permite a intervenção pedagógica imediata e a aprendizagem no tempo real. Ao final das etapas do ano letivo, deve atribuir aos alunos uma nota ou conceito que é uma somatória de cada um dos instrumentos usados.

Quando se fala em avaliação, a primeira impressão que dá é de uma sala cheia de alunos fazendo provas. Porém, essa não é uma prática apenas escolar. A avaliação é um processo que faz parte da vida. Quando o sujeito recebe um elogio ou uma crítica é porque é avaliado em alguma coisa. Podem-se avaliar várias coisas em uma pessoa, como o comportamento, a maneira como se organiza seu jeito de falar e de agir, onde são criados (pré) conceitos sobre esta pessoa, causados pelas impressões que a mesma transmite.

Na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite a avaliação se faz presente e necessária, como forma de “medir” o aprendizado do aluno de forma individual e coletiva através de provas, exercícios, questionários, estudos dirigidos, trabalhos, testes, entre outros. A avaliação da aprendizagem é feita de forma participativa, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, paralela e de forma democrática.

O gestor da escola deve assegurar o cumprimento, pelos educadores, da Resolução SEE/MG nº. 521/2004, que orienta o processo de avaliação: na exigência do aluno com frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas oferecidas no ano letivo; garantia da Progressão Continuada e o tempo destinado ao Ciclo da Alfabetização; Novas Oportunidades de Aprendizagem, tais como os estudos orientados ao longo do processo, estudos orientados presenciais e estudos independentes realizados no período de férias. (BRASIL, s.d. p. 41)

A avaliação externa, bem como o próprio nome já diz, trata-se de uma prova elaborada ou encomendada por algum órgão público educacional com objetivo de observar possíveis desigualdades existentes na aprendizagem dos alunos e a partir de uma escala, nota ou conceito; seja ela municipal, estadual ou federal; elaborar ações que visem minimizar as diferenças existentes e criar políticas públicas que avançassem o desempenho de escolas classificadas abaixo da média estabelecida, segundo os resultados pelos alunos na realização do teste.

Existem hoje, conforme O Guia do Especialista em Educação Básica (s.d, p. 1800), os seguintes sistemas de avaliação externa: “Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica (SAEB); Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que é amostral; Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ou Prova Brasil (ANRESC), como avaliação censitária; Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública (SIMAVE); Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB); Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA); Programa de Avaliação de Aprendizagem Escolar (PAAE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)”.

Vale salientar que em 2010 o IDEB da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite foi de 5,4; em 2011 avançou para 5,7 e em 2012 alcançou a nota de destaque sendo a maior do município e colocando a escola na posição de Escola Modelo do Município de Nova Serrana. Os alunos avaliados são dos anos iniciais e finais. Esse

indicador aponta o desempenho dos mesmos, de todos os profissionais envolvidos nessa gestão e também da comunidade.

Aponta também o envolvimento e acompanhamento da qualidade do ensino que se efetiva no conselho escolar. Este espaço tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e fornecer dados para o direcionamento dos professores, pedagogos e equipe gestora. A expectativa é que na próxima avaliação os indicadores sejam ainda melhores.

É preciso garantir o espaço e o tempo necessários para que os profissionais possam realizar reuniões periódicas de avaliação, planejamento e acompanhamento do processo educativo, que são realizadas nos encontros semanais de módulo II. A cada semestre, a equipe gestora, pedagógica e membros da comissão de avaliação se reúnem com todos os profissionais da escola para realizarem a avaliação de desempenho individual, onde são definidos os direitos, deveres, limites e normas estabelecidos no plano de carreira de cada setor da educação.

A auto-avaliação é um processo que exige uma tomada de consciência. À medida que as escolas iniciarem suas auto-avaliações haverá maior facilidade em obter subsídios das avaliações externas, de tal forma que o processo avaliativo cumpra a sua função: mudar o que precisa ser mudado e melhorar o que precisa ser melhorado (LOCATELLI, 2001, p. 1)

A avaliação institucional a cada semestre através de reuniões com toda a equipe escolar buscando a qualidade na sua estrutura administrativa e pedagógica. Assim, identificam-se os pontos que precisam melhorar e as propostas de mudança, tudo com documento comprobatório em ata assinada pelos presentes. A avaliação se apresenta desta forma como o retrato da escola, demonstra a educação que ali se aplica, desvela a concepção de escola, de homem, de mundo e de sociedade.

A classificação e reclassificação são feitas quando necessário obedecendo ao que consta no Regimento Escolar e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96, nos artigos vinte e três e vinte e quatro. São feitas mediante a execução de planejamentos e avaliações definidas pelos professores e especialistas e as notas de aproveitamento são registradas em livro próprio e anexadas junto à pasta do aluno com as avaliações e o embasamento legal.

A avaliação e reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite faz-se acontece a cada ano, através de

reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar e de modo especial com os pais e alunos. São discutidos os objetivos, as ações, metas e estratégias adequadas à realidade. Enfim, o processo avaliativo, embora muitas vezes desgastante e embora deixe de considerar grandes avanços que não podem ser quantificados, cria e estabelece um parâmetro, um conhecimento, que serve para todos os avaliados, sobre o que já se conquistou e que pretende-se conquistar no ambiente escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não podemos saber o que nos espera no futuro, mas podemos escolher o caminho certo para fazê-lo.”*

AUTOR DESCONHECIDO

Sabe-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola representa uma busca, uma construção. Representa a busca, o conhecimento e a participação de todos os seus segmentos e da comunidade onde está inserida. Ele indica o caminho em busca pela qualidade e transforma os sujeitos em cidadãos capazes de exercer plenamente a cidadania. Durante todo processo de construção, vive-se intensa movimentação na escola, permeada por momentos de troca, ansiedade, medo e alegria. Mas são as dificuldades que impulsionam os avanços democráticos e formativos no âmbito desta instituição.

Vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola e dentro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica pautadas no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2010)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite representa uma conquista porque é fruto de pesquisas, estudos, diálogos, reuniões, debates, questionamentos e considerações de vários autores e embasamentos legais para a construção da sua identidade.

Este trabalho ratifica a instituição como espaço de diálogo, onde todos os sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles. Este é o resultado de um esforço coletivo, contínuo, solidário e paciente onde os pais, educadores e outros envolvidos no processo buscam preparar as crianças para serem bem sucedidas, proporcionando-lhes não apenas competência técnica, mas também a formação para a cidadania. Representa enfim, a busca pela construção de uma escola de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Carlos. **Projeto Político Pedagógico**, Colégio Roberto Carneiro. Divinópolis, 2000.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 05/05/2013

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BRASIL, **Como Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. MEC – FNDE, Diretoria de Assistência a Programas Especiais do Fundo de Fortalecimento da Escola, 2010.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, Vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015 – 1035, out. 2007

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Fernando; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/ INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 05/05/2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **A avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/05/2013.

FORTUNA, M. L. A. **Gestão Democrática na Escola Pública: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos**. In: Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 2000.

FRAGO, AntonioVinhão, **História de laeducación y história cultural: possibilidade, problemas, cuestiones**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 0, p. 63 – 82, set.dez., 1995.

LOCATELLI, BRASIL, **Guia do Diretor Escolar – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais**. Instrumento didático destinado à orientação e suporte do trabalho do diretor, p. 1, 2001

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**. V.6, n. 2, PP. 33-55, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.org.curriculosemfronteiras/f>Acesso em 05/05/2013.

MASAGÃO, Vera; KALOUSTIAN, Sílvio. **Indicadores da qualidade na educação/** Coordenação geral [de] Vera Masagão; Sílvio Kaloustian. – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 05/05/2013.  
NAVARRO, Ignez Pinto (et al). **Avaliação: o processo e o produto**. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 05/05/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de, et al, **Gestão Financeira Descentralizada: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento**. 2010, p.5. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. **A pedagogia de projetos**. Disponível em: [http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos\\_pdf/texto18.pdf](http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto18.pdf). Acesso em 25/05/2013

SACRISTÂN, J.Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Quatro ed. Porto alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. (et al).. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 05/05/2013

VASCONCELOS, Mara et al, **Projeto Político Pedagógico Na Educação Infantil – UAB – UFMG – FAE/UFMG**.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 2001. Referência da citação que foi acrescentada!

XAVIER, Antônio C. R. e SOBRINHO, J. A. **Como Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília, MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) na escola.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 05/05/2013

\_\_\_\_\_. **Níveis de planejamento educacional.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 05/05/2013

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 05/05/2013

\_\_\_\_\_. **Guia do diretor escolar.** s.d. p.32. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco\\_objetos\\_crv/%7B8191B7D8-138B-4DA8-A99B-F7853349BCE6%7D\\_Guia%20Diretor.indd.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7B8191B7D8-138B-4DA8-A99B-F7853349BCE6%7D_Guia%20Diretor.indd.pdf). Acesso em: 25/05/13.

\_\_\_\_\_. **Guia do Especialista em Educação Básica.** s.d. p.18. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco\\_objetos\\_crv/%7B9C964833-3314-4CEE-BEE1-33B32E0AC451%7D\\_Guia%20Especialista%20VF.indd.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7B9C964833-3314-4CEE-BEE1-33B32E0AC451%7D_Guia%20Especialista%20VF.indd.pdf). Acesso em: 25/05/13.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite.** 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 25/06/10.

\_\_\_\_\_. **Plano de intervenção pedagógica da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite,** Nova Serrana, 2010.

\_\_\_\_\_. **Regimento escolar da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite.** Nova Serrana, 2010.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEE, 1997.

\_\_\_\_\_. **Conselho Escolar:** estratégia de gestão democrática. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

\_\_\_\_\_. **Propostas curriculares alternativas.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 05/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de pedagogia em questão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Território e Lugar:** Espaço de complexidade. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/05/2013.

\_\_\_\_\_. **O Financiamento da Educação Básica:** Limites e Possibilidades. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

\_\_\_\_\_. **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado à orientação e suporte do trabalho do diretor, 2000, p.92

## ANEXOS

## ANEXO A - Grade curricular/2013

Plano Curricular – Ensino Fundamental (09 anos) - Ano : 2013																				
LDB 9394/96 de 20/12/96; Res. 219/12																				
Escola Municipal "Maria Alves de Brito Leite" – Rua Quinze, 202 - Itapuã - Nova Serrana - MG Turno: Diurno																				
Áreas de Conhecimento Componentes Curriculares		Ciclos iniciais									Ciclos finais									
		Ciclo da Alfabetização			Ciclo Complementar			Ciclo Intermediário				Ciclo da Consolidação								
		1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano		6º ano		7º ano		8º ano		9º ano		
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA			
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	05	160:00	06	192:00	06	192:00	06	192:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40		
		Arte	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	-	-	-	-	01	33:20	01	33:20
		Educação Física	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Matemática	05	160:00	06	192:00	06	192:00	05	160:00	05	160:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	
	Ciências da Natureza	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	04	133:20	04	133:20	03	100:00	03	100:00	
	Ciências Humanas	Geografia	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
		História	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
		Ensino Religioso	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	Parte Divers.	Linguagens	LEM -Inglês	-	-	-	-	-	01	32:00	01	32:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
			Música	02	64:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Psicomotricidade	02	64:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ciências Humanas		Natureza e Sociedade	01	32:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>		25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	
<b>Indicadores Fixos</b>										<b>Observações:</b>										
Ciclos iniciais Módulo aula: 48' (quarenta e oito minutos) Dias Letivos anuais: 200 (duzentos) Semanas Letivas: 40 (quarenta) Carga Horária Anual: 800 horas Duração do turno: 4:15' (quatro horas e quinze minutos) Duração do recreio: 15' (quinze minutos)					Ciclos finais: Módulo aula: 50' (cinquenta minutos) Dias Letivos anuais: 200 (duzentos) Semanas Letivas: 40 (quarenta) Carga Horária anual: 833:20 Duração do turno: 4:25' (quatro horas e vinte e cinco minutos) Duração do recreio: 15' (quinze minutos)					Lei 12.491/07 – Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências. Lei 12.767/08 – Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos. Lei 9.795/99 – Educação Ambiental integrada a todos os conteúdos, especialmente Geografia e Ciências. Lei 13.411/09 – Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos. Lei 11.645/08 e SEE nº 1158/08 – História e Cultura Afro- Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa. Lei 11.525/07 e Res. SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História. Lei Federal 11769/08 – Música - conteúdo obrigatório do ensino de Arte. Serão tratados, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho e tecnologia, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.										
<b>Legenda:</b> AS – Aulas Semanais CHA – Carga Horária Anual					<b>Diretor:</b> _____ <b>Inspetor:</b> _____															

## ANEXO B - Calendário escolar/2013

**CALENDÁRIO ESCOLAR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL  
2013**

JANEIRO							FEVEREIRO (16)							MARÇO (19)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5					1	2						1	2	
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	3	4	5	6	7	8	9
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	10	11	12	13	14	15	16
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	17	18	19	20	21	22	23
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28			24	25	26	27	28	29	30
														31						

  

ABRIL (22)							MAIO ( )							JUNHO (21)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
														30						

  

JULHO (15)							AGOSTO (20)							SETEMBRO (21)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31	29	30					

  

OUTUBRO (18)							NOVEMBRO (20)							DEZEMBRO ( )							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4	5						1	2	1	2	3	4	5	6	7
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14	
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21	
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	☺	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28	
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31					

  

Feriados	■	Início e Término - Ano Letivo
Férias	■	Dia Letivo (Festa Junina e Dia da Independência do Brasil)
Início e Término - Ano Escolar	☺	Dia Nacional da Consciência Negra
Recesso Escolar	▲	Dia Escolar - Planejamento e Formação Continuada
Recesso para os Professores		

  

Dias Letivos - 1º Semestre	
Dias Letivos - 2º Semestre	
Dias escolares	6
Total de dias letivos	200
Ano Escolar	206
Dias Semanais	5
Semanas Letivas	40

Conselho de Classe no final de cada bimestre cumprir no Módulo II.  
Obs.: O Momento Cívico será toda sexta-feira.